

# Direitos das Mulheres – evolução histórica

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 15-04-2024

Evolução do ordenamento jurídico brasileiro na conquista dos direitos das mulheres.

Legislação Federal	
Legislação	Ementa/Artigo
<b><u>Lei nº 14.786, de 28 de dezembro de 2023</u></b>	Cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo “Não é Não - Mulheres Seguras”; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte).
<b><u>Lei nº 14.721, de 08 de novembro de 2023</u></b>	Altera os arts. 8º e 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para ampliar a assistência à gestante e à mãe no período da gravidez, do pré-natal e do puerpério
<b><u>Lei nº 14.683, de 20 de setembro de 2023</u></b>	Institui o selo Empresa Amiga da Amamentação, para estimular o desenvolvimento de ações de incentivo ao aleitamento materno
<b><u>Lei nº 14.674, de 14 de setembro de 2023</u></b>	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre auxílio-aluguel a ser concedido pelo juiz em decorrência de situação de vulnerabilidade social e econômica da ofendida afastada do lar.
<b><u>Lei nº 11.795, de 23 de novembro de 2023</u></b>	Regulamenta a Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023, que dispõe sobre igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens.
<b><u>Lei nº 14.443, de 2 de setembro de 2022</u></b>	Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para determinar prazo para oferecimento de métodos e técnicas contraceptivas e disciplinar condições para esterilização no âmbito do planejamento familiar.
<b><u>Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021</u></b>	Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino.
<b><u>Lei nº 13.894, de 29 de outubro de 2019</u></b>	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável nos casos de violência e para tornar obrigatória a informação às vítimas acerca da possibilidade de os serviços de assistência judiciária ajuizarem as

## Direitos das Mulheres – evolução histórica

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

	<p>ações mencionadas; e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever a competência do foro do domicílio da vítima de violência doméstica e familiar para a ação de divórcio, separação judicial, anulação de casamento e reconhecimento da união estável a ser dissolvida, para determinar a intervenção obrigatória do Ministério Público nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar, e para estabelecer a prioridade de tramitação dos procedimentos judiciais em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar.</p>
<p><b><u>Lei nº13.718, de 24 de setembro de 2018</u></b></p>	<p>Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).</p>
<p><b><u>Lei nº13.104, de 9 de março de 2015</u></b></p>	<p>Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos.</p>
<p><b><u>Lei nº13.112, de 30 de março de 2015</u></b></p>	<p>Altera os itens 1º e 2º do art. 52 da Lei nº 6015, de 31 de dezembro de 1973, para permitir à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho.</p>
<p><b><u>Lei nº11.340, de 7 de agosto de 2006</u></b></p>	<p>Cria mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher; altera o Código de Processo Penal, o código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.</p>
<p><b><u>Lei nº11.106, de 28 de março de 2005</u></b></p>	<p>Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências.</p>
<p><b><u>Lei nº10.406, de 10 de janeiro de 2002</u></b></p>	<p>Institui o Código Civil.</p>

## Direitos das Mulheres – evolução histórica

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

<b><u>Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990</u></b>	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
<b><u>CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988</u></b>	O artigo 7º inciso XXX da Constituição Federal estabelece que é proibida a diferença a diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
<b><u>Lei nº6.615, de 26 de dezembro de 1977</u></b>	Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.
<b><u>Lei nº4.121, de 27 de agosto de 1962</u></b>	Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada.
<b><u>CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946</u></b>	A Constituição de 46 estabeleceu o direito de mulheres votarem e serem votadas.

### Legislação Estadual

Legislação	Ementa/Artigo
<b><u>Lei nº 10.260, de 21 de dezembro de 2023</u></b>	Institui o programa de defesa pessoal para mulheres vítimas ou ameaçadas de violência doméstica
<b><u>Decreto nº 48.391, de 08 de março de 2023</u></b>	Dispõe sobre as diretrizes do pacto estadual de enfrentamento à violência contra a mulher, cria o grupo de trabalho na forma que menciona e dá outras providências.
<b><u>Lei nº 9.878, de 13 de outubro de 2022</u></b>	Fica assegurado o direito das mulheres de terem acompanhante, uma pessoa de sua livre escolha nas consultas e exames em geral nos estabelecimentos públicos e privados de saúde no Estado do Rio de Janeiro.

# Direitos das Mulheres – evolução histórica

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento  
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: [seesc@tjrj.jus.br](mailto:seesc@tjrj.jus.br)